

## TOTALIDADE ECONÔMICA – CONCEITO\*

Luiz Roberto Pecoits Targa\*\*

... “a produção e a reprodução de uma totalidade econômica determinada, que a ciência se ocupa em conhecer, transformam-se necessariamente em processo de produção e reprodução de uma sociedade global determinada.”

George Lukács

Este artigo tem por objetivo conceituar totalidade econômica. Para isso, é conveniente examinar, inicialmente, as relações de produção básicas que são estabelecidas em uma sociedade capitalista. Segundo Isaac Illich Rubin, em uma economia mercantil capitalista, os homens entram em relações de produção de três tipos básicos; cada tipo de relação de produção expressa uma "dimensão social" dessa economia.<sup>1</sup>

O primeiro tipo básico de relação de produção é o que se estabelece entre produtores privados e autônomos de mercadorias, na chamada economia mercantil simples, analisado por Marx através de sua teoria do valor-trabalho. A segunda "dimensão" envolve, de modo diverso da primeira, uma sociedade composta por duas classes sociais, e a teoria que examina as relações de produção entre as classes é a da mais-valia ou do capital. Por fim, as relações que diferentes grupos de capitalistas industriais estabelecem entre si, por pertencerem a diversos ramos de produção social, foram desenvolvidas por Marx na sua teoria do lucro ou dos preços de produção.

Diz Rubin: "Se limitarmos a economia capitalista a estes três tipos de relações de produção, então esta economia é similar a um espaço de três dimensões no qual só é possível determinar uma posição em termos de três dimensões ou três planos. Posto que um espaço tridimensional não pode ser reduzido a um plano, tampouco a teoria da economia capitalista pode ser reduzida"<sup>2</sup> exclusivamente a qualquer uma das três teorias acima citadas. Diz também que "a teoria do preço de produção supõe a existência dos três tipos básicos de relações de produção entre pessoas na sociedade capitalista"<sup>3</sup>. Esta afirmação sugere que cada teoria, na ordem acima exposta, pressupõe a anterior, que é algo como um desdobramento da teoria que lhe antecede. Ao mesmo tempo, torna também evidente que essas relações **coexistem simultaneamente** em uma sociedade capitalista e que

\* O presente artigo é constituído de excertos da dissertação de mestrado: "Ensaio sobre a totalidade econômica".

\*\* Economista, Mestrado em Economia pelo IEPE/UFRGS, Técnico da FEE.

<sup>1</sup> RUBIN, Isaac Illich. *Ensayo sobre la teoría marxista del valor*. México, Siglo XXI, 1979. p.278.

<sup>2</sup> Ibidem.

<sup>3</sup> Ibidem.

suas manifestações na teoria são três momentos da compreensão de uma mesma e única realidade.

Examinamos, em primeiro lugar, as relações de produção que estabelecem os produtores simples de mercadorias. Uma rápida explanação das características gerais da economia mercantil simples é útil como introdução às questões que serão discutidas.

A economia mercantil simples é composta exclusivamente por produtores autônomos de mercadorias, sendo cada um proprietário dos seus meios de produção e único administrador do seu trabalho. Não existem classes sociais, e os produtores distribuem-se, por ramos de produção, havendo, pois, divisão do trabalho e intercâmbio na sociedade. Existe concorrência e nada impede a saída ou a entrada de um produtor em qualquer ramo produtivo. Há, portanto, mobilidade do trabalho. Estes produtores de mercadorias entram em relações de produção quando trocam, no mercado, os produtos dos seus respectivos trabalhos. Um produtor privado só pode entrar na posse do fruto do trabalho alheio, alienando o resultado do seu próprio trabalho.<sup>4</sup> As relações de produção são, então, aquelas que os homens estabelecem entre si através de suas produções, ou melhor, dos produtos de seus trabalhos. Quando compram ou vendem mercadorias, eles estão comparando seus trabalhos. Através das mercadorias, nesta economia social, o trabalho enfrenta o trabalho: comparando-se, igualando-se. A estrutura dessa economia é sintetizada por Rubín através dos seguintes elementos: "1) células individuais da economia nacional, isto é, empresas privadas separadas, formalmente independentes umas das outras; 2) elas estão relacionadas materialmente entre si como resultado da divisão social do trabalho; 3) a conexão direta entre os produtores individuais de mercadorias se estabelece na troca, e isto influi indiretamente sobre sua atividade produtiva"<sup>5</sup>. É a teoria do valor-trabalho que permitirá analisar a relação de produção básica que une os produtores autônomos de mercadorias. É "esta relação é básica porque gera a economia social (...) como uma totalidade indiscutível, ainda que flexível"<sup>6</sup>.

No entanto é preciso assinalar que o ponto de partida da teoria do valor-trabalho, que examina esse tipo básico de relação de produção, "é um meio social determinado, uma sociedade com uma determinada estrutura produtiva"<sup>7</sup>, e, também, que o fundamento geral da produção de mercadorias é a divisão social do trabalho.<sup>8</sup> Com outras palavras, Marx assinala que a divisão social do trabalho é condição para que exista produção de mercadorias<sup>9</sup>, já que pode haver divisão do trabalho sem que os produtos dos trabalhos dos homens sejam mercadorias. Ou seja, se há produção de mercadorias então é porque existe divisão do trabalho na sociedade.

Se existe divisão do trabalho na sociedade é porque grupos de produtores fabricam mercadorias diferentes, e não para o seu próprio consumo, senão que para a troca com produtos de outros grupos de produtores. Há,

<sup>4</sup> MARX, Karl. O Capital: livro primeiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. p.94.

<sup>5</sup> RUBIN, op. cit. p.57. Grifo do autor.

<sup>6</sup> Ibidem, p.142. Grifo do autor.

<sup>7</sup> Ibidem, p.113.

<sup>8</sup> MARX, op. cit. p.402.

<sup>9</sup> Ibidem, p.49.

portanto, especialização, e o conjunto de necessidades de cada produtor só pode ser satisfeito através da troca do produto do seu trabalho com os produtos do trabalho dos produtores de outros ramos da produção social.<sup>10</sup> Isto faz com que a existência da divisão do trabalho crie laços de dependência entre cada produtor de um ramo particular da produção social e os produtores das demais mercadorias que lhe são necessárias, tanto para a reprodução da mercadoria que ele levará ao mercado, quanto para a sua própria reprodução individual (o que termina por resultar no mesmo, já que sua própria sobrevivência física depende de sua permanência na produção).

Ao se diversificar a economia social ampliando a divisão do trabalho, mais interdependentes se tornam os conjuntos de produtores entre si e em relação ao todo econômico. Quanto mais se multiplica a diversidade das partes tanto mais o desempenho de cada conjunto de produtores de uma mercadoria específica vai depender do desempenho dos produtores dos demais ramos da produção. Ao separar, entre vários produtores independentes, as etapas de produção de um artigo de consumo final, tanto mais se criam laços de vinculação e mais se estreita a dependência entre os vários gêneros de trabalho. O aumento numérico dos ramos da produção social pelo crescimento da variedade de mercadorias — logo, diferenciação dos tipos de produtores com ampliação das multiplicidades no seio da economia social — não faz mais do que estreitar os laços de interdependência. Assim, a própria condição para a produção de mercadorias — a divisão do trabalho na economia social — ela mesma cria os laços de interioridade que vinculam uns com os outros os trabalhadores de ramos distintos da produção. O pressuposto da teoria do valor-trabalho é assim uma estrutura econômica internamente diferenciada e, ao mesmo tempo, totalizada. Nas palavras de Isaac Rubin: "A divisão social do trabalho une todos os produtores de mercadorias em um sistema unificado (...) em um 'organismo produtivo' cujas partes se acham mutuamente relacionadas e condicionadas"<sup>11</sup>.

Qual é, então, a relação de produção que é examinada pela teoria do valor-trabalho? Qual é a relação de produção que se estabelece entre produtores autônomos e privados de mercadorias? Onde e através do que se estabelece esta relação? Esta relação é a existente entre os dois trabalhos que se defrontam. Ela se expressa na relação entre os produtos dos trabalhos, é a relação que se estabelece entre as duas produções através dos resultados dos trabalhos: as mercadorias. E é no momento da troca, através das suas mercadorias, que os produtores entram em relação de produção direta.

Em uma sociedade de produtores de mercadorias, a forma social do trabalho é o valor. O valor, então, é a maneira de manifestar-se o trabalho, nas mercadorias, em uma sociedade mercantil. Diz Marx: "As mercadorias, recordemos, só encarnam valor na medida em que são expressões

<sup>10</sup> "Um objeto útil só pode se tornar valor de troca, depois de existir como não valor de uso e isto ocorre quando a quantidade do objeto útil ultrapassa as necessidades diretas do seu possuidor. (...) A repetição constante da troca torna-a um processo social regular. Por isso, com o tempo, passa-se a fazer, para a troca, intencionalmente, pelo menos uma parte dos produtos do trabalho. A partir desse momento consolida-se a dissociação entre a utilidade das coisas destinadas à satisfação direta das necessidades e a das coisas destinadas à troca. Seu valor de uso dissocia-se do seu valor de troca," MARX, op. cit., p.98.

<sup>11</sup> RUBIN, op. cit. p.55.

de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra".<sup>12</sup> E mais, assinala ainda que quando se colocam duas mercadorias frente a frente, na troca, não se pode esquecer "que duas coisas só se tornam quantitativamente comparáveis depois de sua conversão a uma mesma coisa. Somente como expressões de uma mesma substância são grandezas homogêneas, por isso, comensuráveis"<sup>13</sup>. Sendo essa substância o trabalho, Marx acrescenta mais adiante: "Os homens não estabelecem relações entre os produtos do seu trabalho como valores, por considerá-los simples aparência de trabalho humano de igual natureza. Ao contrário. Ao igualar, na permuta, como valores, seus diferentes produtos, igualam seus trabalhos diferentes, de acordo com a sua qualidade comum de trabalho humano".<sup>14</sup> E isso é um resultado da interação social dos produtores de mercadorias, "pois a conversão dos objetos úteis em valores, é, como a linguagem, um produto social dos homens"<sup>15</sup>.

E se numa sociedade mercantil o trabalho assume a forma de valor dos produtos do trabalho, então o valor deve possuir um papel chave na "constituição" da economia social como um todo. "Só através do 'valor' das mercadorias a atividade produtiva dos produtores separados e independentes conduz à unidade produtiva que recebe o nome de economia social, às interconexões e ao mútuo condicionamento do trabalho dos membros individuais da sociedade. O valor é a correia de transmissão que transfere o movimento dos processos de trabalho de uma parte da sociedade para outra, fazendo desta sociedade uma totalidade em funcionamento"<sup>16</sup>.

A existência da "correia de transmissão", no entanto, está expressando uma necessidade dessa economia social. A correia liga entre si partes distintas da economia. O que diferencia, então, as várias partes dessa economia? Ora, em primeiro lugar, ela está cindida porque os produtores são proprietários privados de suas mercadorias e também porque decidem autonomamente sobre a sua produção. No entanto, as forças centrífugas não se limitam à propriedade privada e à gestão autônoma da empresa. Os diferentes trabalhos concretizam-se em objetos úteis de natureza diversa, os trabalhos concretos são diferentes entre si (o do sapateiro, o do ferreiro etc.). Além disso, as mercadorias cristalizam trabalhos de diferentes qualificações (o relojoeiro e o do tecelão) e ainda mais, entre os vários produtores de um mesmo tipo de mercadoria, encontram-se trabalhadores mais hábeis que outros. Como, então, igualar (trocar, comparar) trabalhos que encerram em si (e ao mesmo tempo) características tão diversas?

Ora, no processo de intercâmbio, a mercadoria sofre modificações, revelando características que aparentemente não possuía antes deste momento, e estas modificações são sofridas também pelo trabalho do produtor; assim, na troca: "1) O trabalho do produtor privado e isolado de mercadorias manifesta seu caráter de trabalho social; 2) a forma concreta de tra-

<sup>12</sup> MARX, op. cit. p.55.

<sup>13</sup> Ibidem, p.57.

<sup>14</sup> MARX, op. cit. p.82.

<sup>15</sup> Ibidem, p.83.

<sup>16</sup> RUBIN, op. cit. p.133. Grifo meu.

balho é igualada com todas as outras formas concretas de trabalho. Esta múltipla igualação do trabalho também inclui; 3) a igualação de diversas formas de trabalho que diferem enquanto a qualificações; 4) a igualação de diferentes gastos individuais de trabalho que se aplicam à produção de unidades de produto de um tipo e uma qualidade determinados".<sup>17</sup> Sintetizando: o trabalho privado revela-se como social, o trabalho concreto assume a forma do trabalho abstrato, o trabalho complexo reduz-se a trabalho simples e o trabalho individual, a trabalho socialmente necessário (o que é "requerido para produzir-se um valor de uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais, existentes, e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho"<sup>18</sup>). E mais, "a igualação das diversas formas de trabalho e a abstração das suas propriedades concretas é a única relação social que transforma a totalidade das unidades econômicas privadas em uma economia social unificada"<sup>19</sup>.

É necessário encontrar, pois, a mercadoria que realiza o entrelaçamento de todos os produtos do trabalho humano nesta economia social. Esta mercadoria precisa ser o equivalente geral de todas as outras, "uma vez que nenhuma mercadoria se relaciona consigo mesma como equivalente, não podendo transformar seu próprio corpo em expressão de seu próprio valor, tem ela que relacionar-se com outra mercadoria, considerada equivalente, ou seja, fazer da figura física de outra mercadoria sua própria forma de valor".<sup>20</sup> E Marx apresenta três propriedades para a forma equivalente: "o valor de uso se torna a forma de manifestação do seu contrário, isto é, o valor"<sup>21</sup>; o trabalho concreto torna-se "forma de manifestação de seu contrário, o trabalho humano abstrato"<sup>22</sup>; o trabalho privado torna-se a "forma de seu contrário, o trabalho em forma diretamente social"<sup>23</sup>.

Para que de um equivalente particular que surge do confronto entre duas mercadorias se passe ao equivalente geral, é necessário que todas as mercadorias expressem seus valores em uma única e mesma mercadoria.<sup>24</sup> A forma geral do valor "surge como obra comum do mundo das mercadorias. O valor de uma mercadoria só adquire expressão geral, porque todas as outras mercadorias exprimem seu valor através do mesmo equivalente, e toda a nova espécie de mercadoria tem que fazer o mesmo. Evidencia-se, deste modo, que a realidade do valor das mercadorias só pode ser expressa pela totalidade de suas relações sociais, pois essa realidade nada mais é que a 'existência social' delas, tendo a forma do valor, portanto, de possuir validade social reconhecida"<sup>25</sup>. Então, quando os produtores estabelecem relação entre as suas mercadorias e o ouro, "como equivalente universal, ou encarnação universal do trabalho humano

<sup>17</sup> RUBIN, op. cit. p.180.

<sup>18</sup> MARX, op. cit. p.46.

<sup>19</sup> RUBIN, op. cit. p.183.

<sup>20</sup> MARX, op. cit. p.65.

<sup>21</sup> Ibidem, p.64.

<sup>22</sup> Ibidem, p.67.

<sup>23</sup> Ibidem.

<sup>24</sup> Ibidem, p.74.

<sup>25</sup> Ibidem, p.74.

abstrato, é precisamente sob aquela forma (...), que expressam a relação entre seus trabalhos particulares e o trabalho social total"<sup>26</sup>.

A transformação geral dos produtos do trabalho em mercadorias gera a mercadoria equivalente universal, o dinheiro<sup>27</sup>, com validade social generalizada no mundo dos produtores de mercadorias. Existe simultaneidade: generaliza-se a produção de mercadorias, ao mesmo tempo em que se vai gerando a mercadoria que será o equivalente geral. Diz Marx: "apenas a ação social pode fazer de determinada mercadoria equivalente geral. A ação social de todas as outras mercadorias elege, portanto, uma determinada para nela representarem seus valores. A forma corpórea dessa mercadoria torna-se, desse modo, a forma equivalente com validade social; ser equivalente geral torna-se função especificamente social da mercadoria eleita. Assim, ela vira dinheiro. (...) O desenvolvimento histórico da troca desdobra a oposição latente na natureza das mercadorias, entre valor de uso e valor. A necessidade, para o intercâmbio, de exteriorizar essa oposição exige forma independente para o valor da mercadoria e persiste até que, finalmente, é satisfeita com a duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro. Os produtos do trabalho se convertem em mercadorias no mesmo ritmo em que determinada mercadoria se transforma em dinheiro"<sup>28</sup>.

É assim que o ouro, como equivalente geral, vai tornar-se dinheiro através de uma função específica: a função de medida universal dos valores. "A primeira função do ouro consiste em fornecer às mercadorias o material para exprimirem o valor ou em representar os valores das mercadorias como grandezas que têm a mesma denominação, qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis. Assim, exerce a função de medida universal dos valores e, só por meio desta função, o ouro, a mercadoria equivalente específica, se torna dinheiro".<sup>29</sup> E Marx salienta também que "não é através do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis. Ao contrário. Sendo as mercadorias, como valores, encarnação do trabalho humano, e, por isso, entre si comensuráveis, podem elas, em comum, medir seus valores, por intermédio da mesma mercadoria específica, transformando esta em sua medida universal do valor, ou seja, em dinheiro. O dinheiro, como medida do valor, é a forma necessária de manifestar-se a medida imanente do valor das mercadorias, o tempo de trabalho. A expressão do valor de uma mercadoria em ouro (...) é sua forma dinheiro ou seu preço"<sup>30</sup>.

Assim, se por um lado o trabalho igualado, o trabalho humano abstrato, é a substância do valor das mercadorias, materializando-se na forma dinheiro da mercadoria, por outro lado, a medida imanente do valor é o tempo de trabalho. Chega-se, assim, ao trabalho socialmente necessário. E é através dele que se pode estabelecer uma das maneiras pelas quais o todo influi sobre suas partes constituintes, mais especificamente a maneira pela qual um ramo opera e pela qual ele se enfrenta com os demais na divisão social do trabalho. Recupero a definição geral an-

<sup>26</sup> MARX, op. cit. p.85.

<sup>27</sup> Ibidem, p.104.

<sup>28</sup> Ibidem, p.97.

<sup>29</sup> Ibidem, p.105.

<sup>30</sup> Ibidem, p.106.

teriormente apresentada: o "tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor de uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais, existentes, e como grau social médio de destreza e intensidade do trabalho"<sup>31</sup>. É ele que estabelecerá o valor-trabalho da mercadoria produzida num ramo da produção. A heterogeneidade dos níveis de produtividade dentro desse ramo expressar-se-á num preço da mercadoria que reflete as condições médias de desenvolvimento das forças produtivas no ramo. Dessa maneira, os produtores distribuir-se-ão acima, abaixo ou sobre o nível dado pelas condições médias.

É por causa do trabalho socialmente necessário que o produtor individual e privado de mercadorias será constrangido, na produção, a levar em consideração as condições do mercado. O seu nível de produtividade estabelecerá se está ou não desperdiçando tempo de trabalho em relação às condições dos seus concorrentes. Se o produtor estiver abaixo do nível, isso o constrangerá, com o tempo e para que ele possa permanecer na produção, a reduzir o seu tempo de trabalho, por exemplo, através de alterações técnicas, de forma a elevar o seu nível de produtividade. Então o valor-trabalho médio, expresso no preço da mercadoria do ramo em que o produtor está inserido, provocará nele decisões a respeito da sua produção e, dessa forma, da sua possibilidade de permanecer ou não no negócio. Ou seja, se por ser autônomo e proprietário privado possui independência formal para gerir sua produção, nem por isso pode deixar de, já no processo de produção direta, se ver obrigado a "adaptar sua atividade produtiva (de antemão) às possíveis condições do mercado. O fato de que o produtor dependa do mercado significa que sua atividade produtiva depende da atividade produtiva de todos os outros membros da sociedade"<sup>32</sup>.

Por outro lado, isto também quer dizer que a atividade produtiva de um produtor de mercadorias (ou de um grupo dentro de um ramo) — através, por exemplo, de uma elevação da produtividade do trabalho — pode influir sobre as condições de produção dos demais produtores do ramo. E, ao reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de sua mercadoria particular, ele (ou o grupo) estará afetando, através do ramo e do valor-trabalho expresso no preço médio de mercado, toda a distribuição, o dispêndio, de trabalho da sociedade como um todo. Ao elevar a produtividade média do ramo, ele afeta também as condições de produção dos produtores de mercadorias diferentes da sua própria. Isto porque, dada a jornada global de trabalho da sociedade de produtores de mercadorias, uma menor parcela do tempo total estará sendo consumida na produção desta mercadoria específica, e isso faz com que se alterem as relações de troca entre essa mercadoria e todas as outras. Ou seja, provoca um desequilíbrio no seio da sociedade como um todo. E esse desequilíbrio promoverá uma redistribuição do trabalho na sociedade, mais cedo ou mais tarde.

Sintetizando, a relação de produção básica que se estabelece entre produtores autônomos e privados de mercadorias e que se expressa na troca dos produtos como valores, permite que o trabalho abstrato gere a possibilidade do surgimento do equivalente geral e que o trabalho social-

<sup>31</sup> MARX, op. cit. p.46.

<sup>32</sup> RUBIN, op. cit. p.57.

mente necessário quantifique as trocas. Isso estabelece nexos tanto entre os ramos da economia social quanto entre os produtores de uma mesma mercadoria; e isso se dá de tal forma que o valor se apresenta como uma "correia de transmissão" que reúne os elementos da economia mercantil, fazendo com que as decisões, na esfera da produção de cada produtor isolado, sejam afetadas pelo conjunto da economia social. O valor, assim, é o veículo através do qual se realiza a integração da sociedade mercantil, cujo pressuposto é a divisão social do trabalho.

Mas, se na economia mercantil simples o produtor de mercadorias vende os produtos do seu trabalho para comprar as mercadorias produzidas pelos demais, vendendo, portanto, para comprar, na sociedade mercantil capitalista, o capitalista industrial compra para vender. Se o circuito descrito pelo produtor simples de mercadorias, no mercado, pode ser sintetizado pelo esquema mercadoria - dinheiro - mercadoria (M - D - M), sendo as mercadorias dos extremos valores de uso diversos, o circuito percorrido pelo capitalista é sintetizado por dinheiro - mercadoria - dinheiro, sendo que, aqui, os extremos só podem ser diferenciados por sua magnitude.<sup>33</sup> Melhorando: (D - M - D+d).

No circuito do produtor simples, o valor se consome e o circuito só pode ser refeito colocando, novamente, um outro produto próprio à venda. Produz-se para vender, vende-se para comprar, compra-se para consumir. Diverso é o circuito do capital, onde o valor põe valor, ou melhor, onde o valor põe mais valor, onde ele se valoriza.

Esses dois circuitos caracterizam o comportamento, no mercado, das duas classes sociais básicas da sociedade capitalista: os capitalistas compram para vender e os operários vendem para comprar. Do confronto entre os dois circuitos surge a relação capitalista de produção que se expressa na mais-valia. Passo a examinar, então, o segundo tipo básico de relação de produção que se estabelece em uma sociedade capitalista: a relação interclasses fundamentais do sistema (a relação entre a classe capitalista e a classe operária).

É que o exame das diferentes condições com que as classes entram em relação de produção faz com que os seus membros sejam forçados a executar, cada um por seu lado, um dos circuitos, e somente um deles. E isto se dá de tal forma que a relação se perpetua, ou seja, que o exercício da relação contém em si mesmo a reprodução das condições de eternização deste tipo de relação de produção.

A operação de compra e venda que vai estabelecer esta relação de produção é apresentada por Marx da seguinte maneira: "Um contratante vende sua força de trabalho, o outro a compra. O primeiro recebe o valor de sua mercadoria, cujo valor de uso, o trabalho, aliena, em consequência disso, ao segundo. Este transforma então os meios de produção que já lhe pertencem com a ajuda do trabalho de que se tornou proprietário num produto, que de direito também é dele".<sup>34</sup> O valor de troca que o trabalhador recebe pela venda temporária de sua força de trabalho é um equivalente à reprodução da mercadoria (sua) que vendeu ao capitalista: esse valor se expressa no seu salário (o preço da força de trabalho) e, num meio histórico e cultural dado, deverá permitir a reprodução da for-

<sup>33</sup> MARX, op. cit. p.170.

<sup>34</sup> Ibidem, p.680.

ça de trabalho.<sup>35</sup> Ou seja, deverá permitir ao trabalhador a aquisição dos meios de subsistência necessários de modo a compensar o desgaste sofrido no processo de trabalho, tornando-o apto a trabalhar um novo período, isto é, apto a reproduzir a mercadoria que possui para vender e, conseqüentemente, a sobreviver. Por outro lado, o comprador capitalista, unindo os dois tipos de mercadorias que adquiriu (os meios de produção e a força de trabalho), obtém um produto mercadoria (que é seu) para vender no mercado. O capitalista então comprou os meios de produção (instrumentos de trabalho, matérias-primas etc.) e força de trabalho, para vender o produto mercadoria resultante da combinação dessas duas outras mercadorias. Comprou para vender.

Marx continua: "O valor do produto inclui, primeiro, o valor dos meios de produção consumidos. O trabalho útil não pode consumir esses meios de produção, sem transferir o valor deles ao novo produto (...). O valor do novo produto abrange ainda o equivalente ao valor da força de trabalho e uma mais-valia. Abrange esta porque a força de trabalho vendida por determinado espaço de tempo, dia, semana etc. possui menos valor do que aquele que é criado nesse tempo com seu emprego. Mas o trabalhador recebeu em pagamento o valor de troca de sua força de trabalho, alienando por isso seu valor de uso, o que sucede em qualquer compra e venda."<sup>36</sup> O trabalhador, então, ao vender a sua mercadoria, sua força de trabalho, recebe um equivalente à reprodução dessa mercadoria e cede ao comprador o consumo da mercadoria que vendeu. Como qualquer vendedor de mercadorias, interessa-lhe receber o equivalente pela mercadoria que cedeu ao outro, o uso que o comprador fará da mesma não lhe interessa. Recebe o valor de troca, cede o consumo. É o trabalhador realiza esta venda para, com o salário recebido, adquirir os seus meios de subsistência: o montante de necessidades sociais que devem ser satisfeitas para que ele possa retornar ao mercado e colocar à venda, novamente, a mercadoria que possui para alienar. Como produtor simples de mercadorias, ele só pode sobreviver "produzindo" e vendendo o que é produto seu. Sua produção, no entanto, é a de sua força de trabalho. Essa força é o que possui de seu para participar socialmente do mundo mercantil. Seu circuito, então, é vender sua força de trabalho para adquirir os meios de subsistência que permitirão a reprodução dessa sua mercadoria. Ele entra no mercado, sucessivamente, tal como um produtor simples de mercadorias: vende para comprar.

Por outro lado, o valor do produto que o capitalista levará ao mercado é superior à soma de valores que adiantou na forma de meios de produção e de força de trabalho. O produto do capitalista conserva o valor dos meios de produção consumidos no processo de trabalho, encerra o valor da força de trabalho que transformou a matéria-prima em produto

<sup>35</sup> "O valor da força de trabalho é determinado como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por conseqüência, à sua reprodução. Enquanto valor, a força de trabalho representa apenas determinada quantidade de trabalho social médio nela corporificado. Não é mais do que a aptidão do indivíduo vivo. A produção dela supõe a existência deste. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua manutenção ou reprodução.

Para manter-se, precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor." MARX, op. cit. p.191.

<sup>36</sup> Ibidem, p.680.

pronto e mais um excedente de valor. Qual a origem desse mais valor? "A circunstância de essa mercadoria especial, a força de trabalho, possuir o valor de uso peculiar de fornecer trabalho e, portanto, criar valor em nada altera a lei geral da produção de mercadorias. Se a soma de valores adiantada em salários, além de reproduzida no produto, é acrescida de uma mais-valia, não provém isto de um logro ao vendedor, que recebeu o valor de sua mercadoria, mas do emprego que o comprador fez dessa mercadoria"<sup>37</sup>. E Marx continua: "A lei da troca pressupõe igualdade apenas para os valores de troca das mercadorias que se intercambiam. Pressupõe mesmo diversidade entre seus valores de uso, e nada tem a ver com o emprego delas, que só começa depois de concluído o negócio"<sup>38</sup>.

A origem, portanto, da mais-valia está no uso que o capitalista faz da mercadoria que adquiriu, a força de trabalho. É no consumo produtivo dessa mercadoria que surge a mais-valia, de tal forma que o capitalista possa trocar valor por mais valor, ou seja, que ao completar o seu circuito possua em suas mãos mais dinheiro do que o montante que adiantara ao comprar as mercadorias necessárias à produção. Diz Marx: "No final, se retirá mais dinheiro da circulação do que se lançou nela, no início. (...) A forma completa desse processo é (...) igual à soma de dinheiro originalmente adiantada mais um acréscimo. Esse acréscimo ou excedente sobre o valor primitivo chamo de mais-valia (valor excedente). O valor originalmente antecipado não só se mantém na circulação, mas nela altera a própria magnitude, acrescenta uma mais-valia, valoriza-se. E este movimento transforma-o (o dinheiro) em capital"<sup>39</sup>.

Que emprego é este, então, que o capitalista faz da força de trabalho? Como a consome de modo a obter também a mais-valia? Em outras palavras, como o processo de consumo da força de trabalho se torna, ao mesmo tempo, um processo de criação de mais-valia? É preciso lançar mão de um exemplo: se a jornada de trabalho dura doze horas e se com seis horas de trabalho o operário gera o equivalente ao valor da sua força de trabalho (trabalho necessário), durante a outra metade da jornada ele estará criando mais-valia (trabalho excedente). E a taxa de mais-valia, no exemplo, é então de 100%. Ou seja, "o valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são portanto duas magnitudes distintas"<sup>40</sup>. O valor de uso da mercadoria força de trabalho gera mais valores do que custa a sua reprodução. De outro modo: o uso dessa mercadoria gera um valor de troca de magnitude superior ao seu próprio. Assim: "O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira. A manutenção quotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar uma jornada inteira, e o valor que a sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor de troca"<sup>41</sup>.

<sup>37</sup> MARX, op. cit. p.680.

<sup>38</sup> Ibidem.

<sup>39</sup> Ibidem, p.170.

<sup>40</sup> Ibidem, p.218.

<sup>41</sup> Ibidem.

Mas que condições devem ser cumpridas para que essa relação de produção se possa estabelecer? "Para transformar dinheiro em capital tem o possuidor de dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta outra mercadoria para vender"<sup>42</sup>.

As condições básicas são, portanto, por um lado a existência de liberdade para o estabelecimento do contrato e, por outro, que os contratantes sejam proprietários privados de mercadorias com diferentes valores de uso. O trabalhador deve ser proprietário exclusivamente de sua força de trabalho, de tal forma que inclusive sua própria sobrevivência física seja impossível sem a venda temporária dessa sua mercadoria. O outro contratante deterá a propriedade privada sobre os meios de produção e os meios de subsistência, já que ele é o possuidor da mercadoria dinheiro, o equivalente universal.

A relação de produção que se estabelece entre esses dois proprietários de mercadorias deriva de uma alteração da lei de apropriação tal como vigorava na economia mercantil simples: "Originalmente, o direito de propriedade aparecia fundamentado sobre o próprio trabalho. Essa suposição era pelo menos necessária, uma vez que se confrontavam possuidores de mercadorias com iguais direitos, e o único meio de que uma pessoa dispõe para apropriar-se de mercadoria alheia é alienar a própria, e essas só podem ser produzidas com trabalho. Agora, do lado capitalista, propriedade revela-se o direito de apropriar-se de trabalho alheio não pago ou do seu produto, e, do lado do trabalhador, a impossibilidade de apropriar-se do produto de seu trabalho. A dissociação entre propriedade e trabalho se torna consequência necessária de uma lei que claramente derivava da identidade existente entre ambos"<sup>43</sup>.

É essa dissociação entre trabalho e propriedade que estabelece a lei da troca entre trabalhadores e capitalistas. Essa dissociação faz com que os primeiros regressem sempre ao mercado como vendedores da sua força de trabalho e querendo trocá-la pelo equivalente aos meios de subsistência necessários à sua reprodução, aos meios de vida.<sup>44</sup> Por outro lado, ela faz com que o detentor do dinheiro possa comprar sempre essa mercadoria com o objetivo de extrair mais-valia.

Mas é quando Marx examina os dois tipos de consumo que o trabalhador realiza que a recolocação permanente das condições iniciais se torna mais clara. Marx diz que o "trabalhador realiza dois tipos de consumo. Na produção, consome meios de produção com seu trabalho e transforma-os em produtos de valor maior que o desembolsado pelo capital. Este é o consumo produtivo. Ele é ao mesmo tempo consumo de sua força de trabalho pelo capitalista que a comprou. Por outro lado, o trabalhador emprega o dinheiro pago para a compra da força de trabalho em meios de subsistência: este é o seu consumo individual. O consumo produtivo e o

<sup>42</sup> MARX, op. cit. p.189.

<sup>43</sup> Ibidem, p.679.

<sup>44</sup> MARX, Karl. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. México, Siglo Veintiuno, 1978. v.1. p.227.

individual do trabalhador são, portanto, totalmente diversos. No primeiro, opera como força motriz do capital e pertence ao capitalista; no segundo, pertence a si mesmo e realiza funções vitais fora do processo de produção. O resultado de um é a vida do capitalista, e o do outro é a vida do próprio trabalhador<sup>45</sup>. Mas os dois consumos formam uma unidade no sentido de que um implica o outro. O consumo produtivo desgasta a força de trabalho e faz com que se necessitem meios de subsistência para repô-la. O desgaste da força de trabalho é a única maneira de obter, de ter acesso, aos meios de subsistência através da percepção de um salário. Reposta a força de trabalho, ela necessita ser consumida no processo produtivo porque só através da nova venda o trabalhador pode adquirir os meios de vida necessários à sua sobrevivência. É um círculo que repõe permanentemente as condições de sua continuidade, de sua perpetuação. O dinheiro que o trabalhador recebe se afasta dele, porque o despende em meios de vida; o dinheiro que o capitalista despense para promover a produção retorna a ele acrescido de um valor excedente.

E mais: "Patenteia-se aí que a única condição para o capitalista apropriar-se do trabalho vivo não pago em escala crescente é a propriedade sobre o trabalho passado não pago. Quanto mais o capitalista tiver acumulado, mais poderá acumular"<sup>46</sup>. Portanto o capital "não bem chegou a ser capital enquanto tal, produz seus próprios supostos, ou seja, a posse das condições reais para a criação de novos valores sem intercâmbio, através do próprio processo de produção. Estes supostos, que originalmente apareciam como condições do seu futuro, (...) se apresentam agora como resultados de sua própria realização, como realidade posta por ele; não como condições de sua gênese, senão como resultados de sua existência"<sup>47</sup>.

O processo de produção capitalista gera então, permanentemente, as bases de sua própria expansão: "Não é mais o acaso que leva o trabalhador e o capitalista a se encontrarem no mercado, como vendedor e como comprador. É o próprio processo que continuamente lança o primeiro como vendedor de sua força de trabalho no mercado e transforma seu produto em meio que o segundo utiliza para comprá-lo. Na realidade, o trabalhador pertence ao capital antes de vender-se ao capitalista. Sua servidão econômica se concretiza e se dissimula, ao mesmo tempo, pela venda periódica de si mesmo, pela sua troca de padrões e pelas oscilações do preço do trabalho no mercado. A produção capitalista, encarada em seu conjunto, ou como processo de reprodução, produz não só mercadoria, não só mais-valia, produz e reproduz a relação capitalista: de um lado, o capitalista e de outro, o assalariado"<sup>48</sup>. Trabalho assalariado e capital, um não existe sem o outro, e o contato entre os dois reproduz continuamente cada um deles enquanto tal.

O seguinte fragmento de Marx sintetiza as relações dinâmicas entre o capital e o trabalho no processo de reprodução: "(...) como resultado do processo de produção e de valorização se apresenta antes de tudo a reprodução e a nova produção da relação entre o capital e o trabalho mesmos, entre

<sup>45</sup> MARX, op. cit. p.665.

<sup>46</sup> Ibidem, p.678.

<sup>47</sup> MARX, Karl. Grundrisse, apud, ROSDOLSKY, Roman. Génesis y estructura de El Capital de Marx. México, Siglo XXI, 1979. p. 305. Grifo do autor.

<sup>48</sup> MARX, op. cit. p.672-3.

o capitalista e o operário. Esta relação social, relação de produção se apresenta 'in fact' como uma consequência do processo ainda mais significativa que suas consequências materiais. E precisamente dentro desse processo o operário se produz a si mesmo como capacidade de trabalho e ao capital que se lhe contrapõe, da mesma maneira que o capitalista se produz a si mesmo como capital e à capacidade viva de trabalho que se lhe contrapõe. Ao reproduzir seu outro, sua negação, cada um se reproduz a si mesmo. O capitalista produz o trabalho como alheio; o trabalho produz o produto como alheio."<sup>49</sup>

Alguns dos argumentos que vêm sendo apresentados podem ser ilustrados através do esquema de reprodução simples tal como se encontra em *O Capital*. Marx introduz o problema da seguinte maneira: "Os capitais individuais constituem apenas frações cujo movimento, embora singular, é parte integrante do movimento do capital social. Se observarmos, do ponto de vista do resultado, o funcionamento anual do capital social, do capital em seu conjunto, isto é, se observarmos o produto mercadoria que a sociedade fornece durante o ano, veremos como o processo de reprodução do capital social se efetua (...). O produto anual abrange as partes do produto social que repõem capital, ou seja, a reprodução social, e as partes que cabem ao fundo constituído de mercadorias consumidas por trabalhadores e capitalistas: portanto, o consumo produtivo e o individual. A reprodução compreende a da classe capitalista e a da classe trabalhadora (a conservação delas), por conseguinte também a do caráter capitalista da totalidade do processo de produção."<sup>50</sup> Ou seja, desde o ponto de vista da totalidade do capital social, "o processo global de reprodução inclui tanto o processo de consumo que se efetua por intermédio da circulação, quanto o processo de reprodução do próprio capital"<sup>51</sup>.

É importante chamar a atenção para alguns pontos. Inicialmente, que a divisão da economia social em partes — as seções que produzem os meios de consumo e de produção — se torna importante, porque são esses gêneros de mercadorias que reproduzirão, materialmente, o capital constante e o variável da sociedade. Estabelecem as condições materiais para a repetição do processo. Também que cada parte do capital total da sociedade foi reproduzida: o conjunto dos meios de produção das duas seções, os meios de consumo dos trabalhadores e ainda os do consumo da classe dos capitalistas. Capital e trabalho foram reproduzidos. O dinheiro despendido pelos capitalistas na aquisição de força de trabalho retorna a eles no dispêndio que os operários das duas seções realizam adquirindo os bens de consumo necessários à sua reprodução. Os capitalistas da seção de meios de consumo recuperam o seu capital variável na troca interna do setor, e os da seção de meios de produção o recuperam através das vendas que realizam aos capitalistas da seção de bens de consumo. No período seguinte, os trabalhadores retornarão ao mercado para vender sua força de trabalho, recebendo salários e adquirindo os meios de consumo de propriedade dos capitalistas da seção de bens de consumo. As condições básicas da produção capitalista reproduziram-se.

<sup>49</sup> MARX, op. cit. p.419-20. Grifo do autor.

<sup>50</sup> Ibidem.

<sup>51</sup> Ibidem, p.420.

Como classe, os capitalistas possuem em suas mãos a totalidade dos meios de produção e dos meios de consumo da sociedade. No período seguinte, faz-se necessário que os dois grupos reencetem suas relações de produção. E sob as mesmas bases do primeiro período.

O processo capitalista de produção possui, assim, a propriedade de gerar, de um período produtivo para outro, as suas próprias precondições de funcionamento.

Passo a examinar, agora, o terceiro tipo básico de relação de produção em uma sociedade capitalista, aquele que se estabelece intraclasse capitalista, ou seja, entre as diversas frações do capital total da sociedade.

Neste caso, diferentemente da relação capital-trabalho onde a mais-valia gerada (extraída) poderia variar de um para outro capital dependendo de sua composição orgânica, da sua taxa de mais-valia e do número de operários colocados em atividade, o lucro é uma categoria que uniformiza a remuneração dos capitais ao igualar os seus desempenhos, estabelecendo um outro tipo de laço, muito mais estreito, entre a totalidade e cada capital que atua no seu interior<sup>52</sup>. O lucro, como massa apropriada por um capital individual ou como taxa de rentabilidade, é uma categoria que só pode ser compreendida a partir da totalidade do sistema. Ou seja, se há um "resultado econômico" individual para cada capital, ele só existe através da totalidade dos capitais.

O resultado econômico de um capital individual — o lucro — só é possível porque muitos outros capitais atuam lado a lado no interior de um conjunto, formando um sistema tal que estabelece para cada um deles a taxa de rentabilidade individual e daí a fração da massa total de mais-valia de que individualmente se poderão apropriar. Ou seja, a capacidade de apropriação, por parte de cada capital individual, de uma parcela de mais-valia gerada pelo sistema, não depende da mais-valia que ele individualmente extrai (em outros termos, da relação que cada capital estabelece com seus operários), mas das relações que ele possui com todos os outros capitais que atuam no sistema. Obviamente, um capital só pode estabelecer relação com outros capitais porque é capital, ou seja, porque se relaciona com o trabalho assalariado.

É a lei capitalista da apropriação — de quanto mais trabalho se tiver apropriado, maior capacidade terá de apropriar-se de mais trabalho que constitui a base que estabelece a magnitude da fatia que caberá a cada capital individual, à medida que a existência simultânea de vários capitais no seio de uma economia social colocará uns em relação com os outros — ou cada um em relação com todos os outros — de tal forma que a sua própria capacidade de expansão — de valorização e de acumulação — fica limitada pela existência dos demais capitais, de suas características, assim como pelas características do conjunto de todos os capitais, pelas do capital total da sociedade. E isso porque um capital com determinadas características, no seio de uma totalidade com certas qualificações, obterá um resultado econômico diverso do que ele obteria no

<sup>52</sup> Prendo-me, aqui, ao que penso ser uma das possibilidades de interpretação da teoria dos preços de produção, explorando de modo unilateral o que está contido de alguma maneira no Marx do Livro III de O Capital. Parece-me que ela foi colocada em evidência por Rubín (na obra já citada) no seu Capítulo XVIII, denominado "O Valor e o Preço de Produção".

interior de um capital total com outras determinações. Por exemplo, um capital de 100 no interior de uma totalidade de 1.000 é diverso de um capital de 100 em uma de 500. Depende, pois, de sua magnitude relativa na totalidade do capital social. Por outro lado, depende das características do capital social total (capitais constante e variável totais, taxa de mais-valia, massa de mais-valia etc.) já que, se a massa de mais-valia total representar 15% de um capital social e 10% de outro, e ambos possuírem a mesma magnitude, isto fornecerá resultados individuais diversos para capitais de igual tamanho que operarem no seu interior.

Em outras palavras, a parcela de mais-valia de que cada capital individual poderá apropriar-se e que estabelecerá a sua possibilidade de acumulação (de expansão, de crescimento) é definida fora dele (ou do âmbito de suas decisões): ela estará localizada na relação que ele guarda com cada outro capital que existe nessa totalidade e na "conformação" do próprio capital total da sociedade. O primeiro laço é o seu tamanho relativo (seu tamanho em relação aos tamanhos dos outros capitais ou, dito de outra forma, sua magnitude dentro do capital total) e o segundo depende das características do capital total, do volume, basicamente, de mais-valia que a sociedade como um todo pôde gerar, assim como da relação que essa massa guarda com o capital social total.

Apresento sucintamente, então, alguns elementos da teoria dos preços de produção (ou da taxa média geral de lucro). Rubin resume assim os elementos chaves da teoria: "A concorrência de capitais entre as diferentes esferas da produção leva à formação de uma taxa de lucro geral, média, e à venda das mercadorias a preços de produção, que são iguais aos gastos de produção mais o lucro médio e, quantitativamente, não coincidem com o valor-trabalho das mercadorias. A magnitude dos gastos de produção e o lucro médio, assim como suas mudanças, se explicam pelas mudanças da produtividade do trabalho e no valor-trabalho das mercadorias (...). Por outro lado, a taxa média de lucro e o preço de produção, que são reguladores da distribuição do capital entre os diversos ramos da produção, regulam indiretamente (através da distribuição dos capitais) a distribuição do trabalho social entre os diversos ramos da produção"<sup>53</sup>. Se os capitais buscam a mais elevada taxa de rentabilidade e se existe a possibilidade de eles se movimentarem, buscando aquelas atividades em que a taxa de lucro é mais alta, então isso fará com que, paulatinamente, a taxa de remuneração do capital no sistema chegue a ser uma só. A mobilidade dos capitais é assim uma hipótese básica para que se gaste uma taxa geral de lucro: "A transferência de capital de ramos da produção com baixas taxas de lucro para ramos com elevadas taxas de lucro cria uma tendência para a igualação das taxas de lucro em todos os ramos da produção, uma tendência para o estabelecimento de uma taxa geral de lucro (...). A dita transferência tende a igualar as taxas de lucro e a estabelecer o equilíbrio entre as diferentes esferas da produção"<sup>54</sup>. Essa taxa que remunera os capitais é uma relação de cada capital consigo mesmo<sup>55</sup>, é a taxa de valorização de todo o capital empregado na produção, consumido ou não. Ela é, portanto, uma par-

<sup>53</sup> RUBIN, op. cit. p.277.

<sup>54</sup> Ibidem, p.282.

<sup>55</sup> MARX, Karl. *El Capital*. México, Siglo Veintiuno, 1978. t.3, v.6, p.56.

cela de mais-valia que não se relaciona com o capital variável (como a taxa de mais-valia), mas com o capital total individual.

Inicialmente pode-se apresentar a questão assim: a composição em valor de uma mercadoria produzida por um capital expressa-se em  $M = c + v + m$ , onde  $c + v$  é o capital total adiantado em meios de produção (que se gastam todos totalmente no período) e de subsistência. Fazendo  $c + v = k$ , que neste caso é tanto o capital total investido quanto os custos de produção, teremos que, enquanto a taxa de mais-valia é  $m' = m/v$ , a taxa de lucro será  $l' = m/k$ . Então  $M = k + l'$ .  $k$  é o preço de produção da mercadoria  $M$ . "O preço de venda dos artigos, que inclui os gastos de produção e rende um lucro médio sobre o capital total investido, recebe o nome de preço de produção".<sup>56</sup> Essa taxa de lucro ( $l'$ ), no entanto, não será definida pelo próprio capital individual nem pelo ramo em que ele se insere; ela lhe será imposta de "fora". Neste mecanismo "capitais de valor igual investidos em diferentes esferas da produção rendem o mesmo lucro. Os capitais que diferem em seu montante rendem lucros proporcionais à sua magnitude"<sup>57</sup>. Assim, se  $L_i$  forem as massas de lucro de diferentes montantes de capitais  $K_i$  investidos em diferentes ramos da produção, então:  $L_1/K_1 = L_2/K_2 = \dots = l'$ .

Quando todas as mercadorias dos diferentes ramos da produção se vendem a seus preços de produção, há equilíbrio dos capitais na economia; eles se igualam no sentido de que estão percebendo uma mesma taxa de remuneração. Havendo equilíbrio, cessa a transferência de capitais de um para outro ramo (como cessava a de trabalho, na economia mercantil simples, quando as mercadorias se trocavam pelo seu valor-trabalho igualado). A equalização da taxa de lucro para todos os capitais de uma economia realiza a distribuição do capital entre os diferentes ramos da produção. Distribuído o capital entre os ramos, o trabalho fica também distribuído segundo as composições orgânicas do capital em cada um deles.

Apresento um quadro exemplificativo, muito simplificado, onde a economia se divide em cinco ramos de produção, onde todo o capital investido é consumido no período, onde a taxa de mais-valia é a mesma para todos os capitais, onde todos possuem a mesma magnitude, mas diferem em suas composições orgânicas:

CAPITAIS	VALOR-TRABALHO DOS PRODUTOS	MAIS-VALIA	TAXA MÉDIA DE LUCRO	PREÇO DE PRODUÇÃO DOS PRODUTOS	DESVIOS DO PREÇO DE PRODUÇÃO COM RESPEITO AO VALOR (e do lucro com respeito à mais-valia)
I. 80c + 20v	120	20	22%	122	+2
II. 70c + 30v	130	30	22%	122	-8
III. 60c + 40v	140	40	22%	122	-18
IV. 85c + 15v	115	15	22%	122	+7
V. 95c + 5v	105	5	22%	122	+17
390c + 110v	610	110	110*	610	0
78c + 22v	-	22	-	-	-

FONTE: RUBIN, Isaac Illich. Ensayo sobre la teoría marxista del valor. México, Siglo XXI, 1979. p.295.

(\*) Lucro Total.

<sup>56</sup> RUBIN, op. cit. p.283.

<sup>57</sup> Ibidem, p.282-3.

Se as mercadorias se vendessem por seus valores forneceria diferentes "taxas de lucro" ao longo dos cinco ramos: 20% para o primeiro, 30% para o segundo, 40% para o terceiro etc. Mas isso teria provocado deslocamentos dos capitais entre as esferas até que a taxa se equalizasse. A taxa, então, deve ser única para todos os capitais e ela será uma relação entre a mais-valia total produzida pelo sistema (110) e o capital social total da economia (500).<sup>58</sup> A taxa de remuneração é, então, de 22%. Como os cinco capitais possuem a mesma magnitude (= 100) e os seus custos de produção são iguais ( $c + v = 100$ ), as mercadorias dos diferentes ramos serão vendidas pelo mesmo preço da produção (= 122). O montante total de mais-valia e o de lucro do sistema são iguais (110). O nivelamento pela taxa média geral de lucro redistribui a mais-valia total por todos os capitais da economia, não segundo a mais-valia gerada no ramo, mas segundo a magnitude dos capitais: capitais de igual magnitude (100) recebem o mesmo montante de lucro (22).

Diz Marx: "Deste modo prevalece, pois, necessariamente a tendência a converter os preços de produção em formas meramente transmutadas do valor ou a converter os lucros em meras partes da mais-valia, mas que se acham distribuídas não em relação com a mais-valia gerada em cada esfera de produção em particular, senão em relação com a massa do capital empregado em cada esfera de produção, de modo que a massas de capital de igual magnitude, como queira que estejam compostas, correspondem partes de igual magnitude (partes alíquotas) da totalidade da mais-valia gerada pelo capital social global"<sup>59</sup>. Ou seja, "o lucro médio não pode ser outra coisa que a massa global de mais-valia, distribuída entre massas de capital de cada esfera de produção em proporção a suas magnitudes. É a totalidade do trabalho não pago realizado e esta massa global se representa, da mesma forma que o trabalho inanimado e vivo pagos, na quantidade global de mercadorias e dinheiro que corresponde aos capitalistas"<sup>60</sup>.

É dessa forma, pois, que o lucro se forma a partir da totalidade do sistema sobre cada capital individual que atua no seu interior. Dada uma taxa de mais-valia, "a massa de mais-valia que se produz em uma esfera particular da produção é mais importante para o lucro médio global do capital social, quer dizer para a classe capitalista em geral, que diretamente para o capitalista dentro de cada ramo da produção em particular. Só o é para este na medida em que a quantidade de mais-valia produzida em seu ramo intervém como codeterminante na regulação do lucro médio"<sup>61</sup>. E Marx reforça ainda mais o aspecto da exterioridade da formação do lucro em relação a um capital individual qualquer, frisando que a rentabilidade de qualquer fração do capital social é uma determinação que emana de todo sobre cada uma de suas partes componentes, em outras palavras, que o nível de rentabilidade é uma qualidade do conjunto dos capitais individuais, da seguinte maneira: "o lucro agregado ao preço de custo, se se considera esta esfera da produção em particular, está determinado não pelos limites da formação do valor que se

<sup>58</sup> RUBIN, op. cit. p.299.

<sup>59</sup> MARX, op. cit. p.220.

<sup>60</sup> Ibidem, p.211.

<sup>61</sup> Ibidem.

opera no seu próprio seio, senão, pelo contrário, de uma maneira totalmente exterior"<sup>62</sup>. O resultado econômico, então, para cada capital individual é definido pela totalidade do sistema; o "direito" ao lucro deriva da extração da mais-valia por um capital qualquer (senão não seria capital), mas não da quantidade extraída; o montante recebido será tanto maior quanto maior for a magnitude do capital individual (de quanto mais trabalho ele já tiver-se apropriado no passado); finalmente a taxa de lucro é uma relação entre as duas classes sociais básicas, representadas no capital total e na massa de trabalho não pago.<sup>63</sup>

É possível, agora, conceituar a **totalidade econômica** como o conjunto de todas as relações de produção que são estabelecidas no interior de uma sociedade capitalista. A totalidade econômica é o conjunto das relações de produção porque "a totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica de uma sociedade"<sup>64</sup>. Também porque são as relações de produção que caracterizam uma sociedade já que "estas relações não são relações entre um indivíduo e outro, senão entre o operário e o capitalista, entre o arrendatário e o proprietário da terra".<sup>65</sup> E elas são tão fundamentais para a "confecção" do tecido social que, uma vez suprimidas, suprimem a existência mesma da sociedade.<sup>66</sup> Em outro lugar, Marx afirmou: "Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada do desenvolvimento das suas forças produtivas materiais"<sup>67</sup>. As relações, portanto, que formam a totalidade econômica, são relações de produção.

É dado que a "totalidade se define como um ser que, radicalmente distinto da soma de suas partes, se encontra todo inteiro — sob uma ou ou-

<sup>62</sup> MARX, op. cit. p.212.

<sup>63</sup> As variações da taxa geral de lucro dependem das variações na massa global de mais-valia e das variações no capital total. As variações da primeira dependem de alterações na jornada global de trabalho (e então da jornada média individual e do número de operários ocupados) e da taxa de mais-valia (o que nos remete às variações do trabalho excedente e necessário), o que leva, em última instância, às variações de produtividade do sistema (ou seja, ao valor-trabalho das mercadorias). Por outro lado, depende da variação da composição orgânica do capital total da economia, ou seja, de alterações da sua distribuição entre capitais constante e variável totais (Idem, p.210) (o que também é remissível às variações de produtividade do sistema). Em outras palavras, a taxa geral está determinada pela composição orgânica dos capitais nas diferentes esferas da produção e pelas diferentes gerações de valor que delas decorrem, assim como "pela distribuição do Capital Social Global nessas diferentes esferas, isto é, pela magnitude relativa do capital investido em cada esfera particular, (...) quer dizer, pela participação quantitativa proporcional do Capital Social Global absorvida por cada esfera particular da produção". (Idem, p.205) Por fim, dada uma taxa de lucro no sistema, os preços de produção de uma esfera qualquer da economia podem variar, também, em última instância, por alterações que decorrem de variações na produtividade do trabalho. Da seguinte maneira: "Se a taxa média de lucro não varia, então os preços de produção variam quando variam os custos de produção. Os custos de produção de determinadas mercadorias variam nos seguintes casos: 1) quando a quantidade relativa de meios de produção e o trabalho necessário para a produção variam, ou seja, quando varia a produtividade do trabalho na esfera considerada da produção, dados preços constantes; 2) quando os preços dos meios de produção variam; isto pressupõe variações na produtividade do trabalho nos ramos que produzem esses meios de produção (se permanecem constantes as quantidades relativas de bens de produção e de força de trabalho). Em ambos os casos os custos de produção variam em relação com as variações na produtividade do trabalho e, conseqüentemente, na relação com as variações no valor-trabalho." (RUBIN, op. cit. p.290-1. Grifo do autor).

<sup>64</sup> MARX, Karl. Prefácio de: Para a Crítica da Economia Política. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2.ed., São Paulo, Abril Cultural, 1978. p.129.

<sup>65</sup> MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*, apud, LUKACS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Porto, Publicações Escorpão, 1974. p.53.

<sup>66</sup> Ibidem.

<sup>67</sup> Ibidem, p.129. Grifo meu.

tra forma — em cada uma delas e que **entra em relação consigo mesmo**, seja pela sua relação com cada uma ou com várias de suas partes, **seja por sua relação com as relações que todas ou que várias de suas partes mantêm entre elas**"<sup>68</sup> é necessário especificar as partes da totalidade econômica que, justapostas, estabelecem entre si as relações de produção.

Conforme o tipo básico da relação de produção anteriormente analisado teremos, pois, as partes: na relação do primeiro tipo, são os produtores autônomos e privados de mercadorias; na relação de produção do segundo tipo, as partes são as classes sociais básicas<sup>69</sup> e na relação intraclasse capitalista, as partes são as frações alíquotas do capital total em concorrência. As categorias que expressam economicamente essas relações são o valor, a mais-valia e o lucro médio.

No entanto, é quando Sartre exemplifica as relações de interioridade num processo de totalização — diferenciando a totalização da totalidade, por exemplo, porque aquela está-se totalizando e essa está totalizada<sup>70</sup> — que se pode colher mais alguns elementos para o exame do conceito. Diz o autor que o todo "se opõe a si mesmo como a parte se opõe ao todo na sua **determinação** (negação do todo) e como as partes se opõem entre elas (cada uma é a negação das outras, mas cada uma é o todo se determinando na sua atividade totalizadora e dando às estruturas parciais as determinações que reclama o movimento total), a parte, enquanto tal, é mediada pelo todo nas suas relações com as outras partes"<sup>71</sup>. Assim, **pela divisão social do trabalho**, por exemplo, o produtor simples da mercadoria A nega os (e se liga aos) outros produtores da mesma mercadoria porque seu trabalho é privado, autônomo e contém um nível específico de produtividade. Nega, também, todos os outros produtores das mercadorias de tipo não-A. Já na relação interclasses, é cada classe que nega e se opõe à outra no sentido, por exemplo, de que um indivíduo não pode pertencer às duas ao mesmo tempo, mas também no sentido de que, em se negando mutuamente, se reproduzem enquanto tal (o capital cria o trabalho e o trabalho cria o capital). Por fim, cada capital individual, como parte do capital total, nega a todos os outros e se opõe a eles (do seu e de outros ramos) na luta pela fração da mais-valia total, gerada pelo sistema como um todo, que lhe caberá.

Mas Sartre afirma também que o todo é a relação entre as partes<sup>72</sup> ou que **"a totalização é mediação entre as partes** (consideradas nas suas determinações) **como relação de interioridade**: no interior de uma totalização e por essa totalização, cada parte é mediada por todas na sua relação a cada uma, e cada uma é mediação entre todas; a negação (como determinação) se torna um laço sintético de cada parte com cada outra, com todas as outras e com o todo"<sup>73</sup>.

Os laços de interioridade da totalidade econômica são estabelecidos, de tipo em tipo de relação de produção, pelo valor através da sua forma

<sup>68</sup> SARTRE, Jean-Paul. *Critique de la raison dialectique*. Paris, Gallimard, 1960. p.138. Grifo meu.

<sup>69</sup> Uma outra relação de produção interclasse é a que se estabelece entre os capitalistas agrários e os grandes proprietários fundiários e que é analisada por Marx através da sua teoria da renda da terra.

<sup>70</sup> SARTRE, op. cit. p.143.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p.139-40. Grifo do autor.

<sup>72</sup> *Ibidem*.

<sup>73</sup> *Ibidem*.

dinheiro como equivalente geral e medida dos valores, pela permanente reposição das condições de entrada na relação de produção em que é extraída a mais-valia e pela taxa de lucro médio que equaliza a remuneração das frações alíquotas do capital total da sociedade.

Por fim, essas relações estabelecem-se no interior de uma sociedade capitalista, entendendo por essa um conjunto de classes sociais e de frações de classe, cuja comunidade de produção se encontra sob a égide de um poder de Estado. As fronteiras do Estado estabelecem, desse modo, o campo interior onde se cruzam as relações de produção que formam a totalidade econômica.